



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
 Rua D. Alexandrina, 215, . - Centro  
 CEP: 13560-290 - São Carlos - SP  
 Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

## SENTENÇA

Processo nº: **0003062-48.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer**  
 Requerente: **Rafael Simone Filho**  
 Requerido: **Fazenda Municipal de São Carlos e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela, proposta por **RAFAEL SIMONE FILHO** contra a **FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS e a FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, sob o fundamento de que padece de "Pseudoartrose Escafóide", pela não consolidação de fratura óssea sofrida em punho direito, sendo o único tratamento viável a intervenção cirúrgica, cuja realização buscou na esfera administrativa, sem sucesso.

O Ministério Público deixou de intervir no feito (fls. 22).

Foi deferida a antecipação dos efeitos da tutela (fls. 22/23).

O Município apresentou contestação (fls. 64), alegando, preliminarmente, carência de ação, por ilegitimidade passiva e falta de interesse processual. No mérito, aduz que o privilégio pretendido pelo autor não tem o amparo legal desejado, pois o sistema estaria beneficiando tratamento personalizado em afronta aos objetivos constitucionais e princípios do SUS, trazendo desigualdade aos demais necessitados, não podendo o Judiciário intervir na execução orçamentária do Executivo.

O Estado apresentou contestação às fls. 5/66, alegando, preliminarmente, formulação de pedido genérico, falta de interesse de agir e necessidade de denúncia da lide à UNIMED. No mérito, aduziu que há uma limitação orçamentária que impõe seja observada a ordem de atendimento, sob pena de quebra da isonomia.

Houve réplica (fls. 71/78).

**É O RELATÓRIO.**

**PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.**

O pedido merece acolhimento.

Não há que se falar em pedido genérico, pois o autor pede a tutela do seu direito à saúde e explicitou que necessita de cirurgia de punho direito, devido à Pseudoartrose Escafóide que o acomete, tendo-se valido do Judiciário quando teve

**0003062-48.2013.8.26.0566 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215, . - Centro

CEP: 13560-290 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

frustrado o pedido administrativo, conforme documentos que acompanham a inicial.

Por outro lado, não é o caso de denúncia da lide, pois o autor não possui nenhum contrato com a UNIMED, tendo apenas pago uma consulta com médico particular, para tentar agilizar a questão, utilizando-se o profissional de impresso da UNIMED.

Cabe aos Estados e Município ter em seus orçamentos verbas destinadas ao gasto com medicamentos para a população, cujos preços extrapolam as possibilidades econômicas dos desprovidos de rendimentos suficientes, como é o caso do autor, que recebe benefício previdenciário (fls. 19).

A questão relativa à responsabilidade solidária e ao repasse de verbas deve ser resolvida no âmbito administrativo entre o Município, o Estado e a União, que integram o Sistema Único de Saúde. A cooperação financeira entre essas entidades e a falta de recursos não podem servir de escusa para o não fornecimento de medicamentos, sob pena de acarretar à população grave dano à sua saúde.

Até porque a presente questão não está ligada à viabilidade econômica do Poder Público em atender os necessitados, mas sim à necessidade de resguardar um direito do cidadão.

O direito à saúde, além de ser um direito fundamental que assiste a todas as pessoas, representa consequência constitucional indissociável do direito à vida e da dignidade da pessoa humana. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir em grave comportamento inconstitucional.

Com efeito, incide sobre o Poder Público a obrigação de tornar efetivas as prestações de saúde, incumbindo-lhe promover medidas preventivas e de recuperação que, fundadas em políticas públicas idôneas, tenham por finalidade viabilizar a norma constitucional.

Não basta, portanto, que o Estado meramente proclame o reconhecimento formal de um direito. Torna-se essencial que, para além da simples declaração constitucional desse direito, seja ele integralmente respeitado e plenamente garantido, especialmente naqueles casos em que o direito – como o direito à saúde – se qualifica


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215, . - Centro

CEP: 13560-290 - Sao Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

como prerrogativa jurídica de que decorre o poder do cidadão de exigir, do Estado, a implementação de prestações positivas impostas pelo próprio ordenamento constitucional.

Por outro lado, tanto o médico particular, quanto o da rede pública apontaram a cirurgia como medida terapêutica a ser usada no caso em questão.

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 269, I, do Código de Processo Civil e PROCEDENTE o pedido, para o fim de manter a tutela antecipada concedida.

Condeno o Município a arcar com os honorários advocatícios que fixo, por equidade, em vista da repetitividade da matéria e pouca complexidade, em R\$ 100,00 (cem reais).

Além disso, não há como falar em confusão entre entes estatais diversos.

Neste sentido: “O Município deve fornecer medicamento, ainda que não padronizado, necessário ao tratamento de munícipe carente. Devida a condenação em honorários advocatícios mesmo que representada a apelante por doutor Defensor Público” (Apelação Cível nº 784.763-5/8-00, relator Desembargador Barreto Fonseca – in APELAÇÃO Nº 0010528-69.2008.8.26.0566 – Desembargador Relator FERMINO MAGNANI FILHO).

Não há condenação do Estado ao pagamento de honorários advocatícios, pelo fato de o autor ser assistido pela Defensoria Pública, já tendo o Superior Tribunal de Justiça se firmado no sentido de que a Defensoria Pública é órgão do Estado, não percebendo honorários de sucumbência, quando patrocina a parte vencedora em condenação da Fazenda Pública, entendimento este consolidado na Súmula 421: “Os honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença”.

**P. R. I. C.**

Sao Carlos, 01 de outubro de 2013.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**